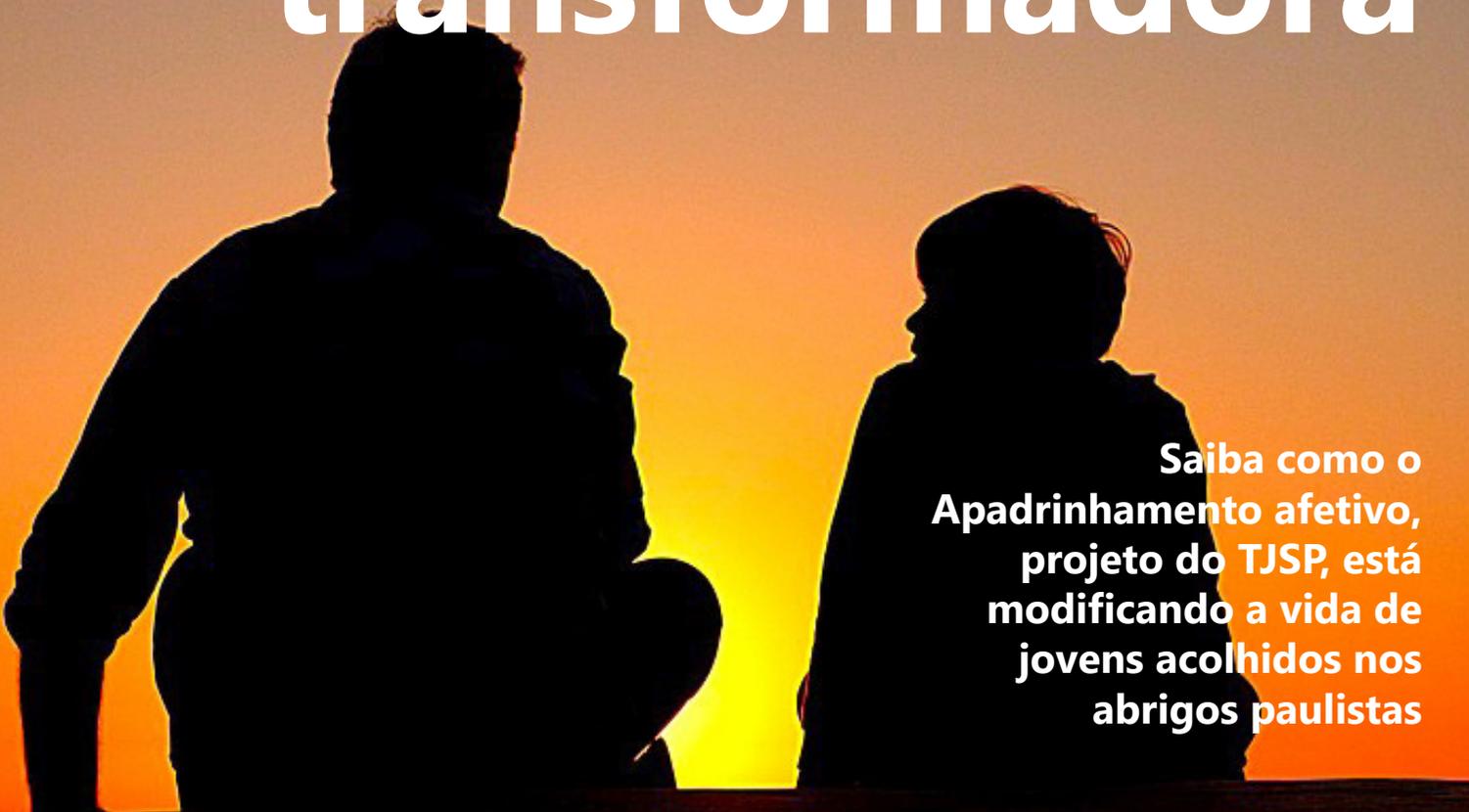


Gaorp: cooperação e humanismo na resolução de litígios

JUSTIÇA

Uma atitude transformadora



Saiba como o Apadrinhamento afetivo, projeto do TJSP, está modificando a vida de jovens acolhidos nos abrigos paulistas

Campanha do TJSP une instituições contra o abuso sexual nos transportes

Justiça Restaurativa propõe diálogo e reflexão na solução de conflitos





3 *Editorial*

Apadrinhar a causa da Justiça

4 *Capa*

Como vai ser, quando eu fizer 18 anos?

Apadrinhamento afetivo, uma atitude transformadora

12 *Acontece*

A arma contra o abuso é a denúncia

Campanha “Juntos Podemos parar o Abuso Sexual nos Transportes”

16 *Boas práticas*

Justiça Restaurativa

Diálogo e reflexão para solução de conflitos

18 *Como funciona*

Gaorp: cooperação e humanismo na resolução de litígios

Grupo criado em 2014 acompanha casos de alta complexidade

20 *Memória*

Homenagem aos 190 anos da “São Francisco”

Além da homenagem aos ex-alunos da USP, TJSP recebe exposição sobre 85 anos da OAB

24 *Perfil*

Emoção de ser TJSP

Valdeci Bordim dedica 40 anos ao Judiciário, em Estrela d’Oeste

26 *Bem-estar*

27 *Leitura jurídica*

28 *Sessão Justiça de Cinema*

A combativa costela do Adão

A Corte como palco de batalha, na melhor comédia da dupla Tracy & Hepburn

30 *Imagens*

Exposição “Do Papel à Era Digital”, no Palácio da Justiça

Apadrinhar a causa da Justiça

Ensinar, proteger, educar, ser motivo de respeito e orgulho, estar presente mesmo quando se está distante, incentivar, respeitar, compreender. De fato, ser padrinho ou madrinha de alguém é um enorme privilégio, um ato de grande importância e responsabilidade, uma honra que merece ser preservada por toda a vida.

É preciso lembrar que “padrinho” tem o mesmo radical que a palavra “padrão”, o que sugere a importância da carga de responsabilidade contida neste termo, encarado como verdadeira e nobre função de imenso papel transformador. Mais do que isso, ser padrinho é prestar um serviço voluntário, um tributo individual a alguém e, sempre que for preciso, tentar ser motivo de respeito e de orgulho para seu afilhado ou afilhada. É simplesmente amar sem limites.

Embora padrinhos não substituam a ausência ou as deficiências de uma relação paternal, permitem que os afilhados possam ter referências externas, alguém para dar

conselhos e tirar dúvidas tão comuns ao início da vida adulta, bem como vivenciar experiências que o ajudem a desenvolver suas potencialidades.

Foi pensando nisso que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo editou o programa Apadrinhamento Afetivo, que possibilita a crianças e adolescentes acolhidos estabelecer laços com pessoas interessadas em ser padrinhos/madrinhas e que se disponham a manter contato direto com o afilhado. Juízes e técnicos envolvidos com a causa vêm observando mudanças importantes na vida desses jovens, que se mostram mais integrados à sociedade, na luta por um futuro melhor. Esta edição da Revista Justiça SP traz, como matéria de capa, depoimentos emocionantes de afilhados, padrinhos, magistrados e servidores envolvidos nessa nobre causa apadrinhada pelo Tribunal de Justiça.

Apresenta, também, outra importante causa apadrinhada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo: a campanha “Juntos Podemos parar o Assédio Sexual nos Transportes”. Lançada em parceria com outras quinze instituições, públicas e privadas, tem o objetivo de incentivar vítimas de abuso sexual a denunciarem ocorrências dessa natureza.

Nascida em 29 de agosto, a campanha permitiu aprofundar a reflexão em torno do tema.

Em 19 de setembro, foi realizado o “Debate Interinstitucional Contra o Abuso Sexual – Enfoque Jurídico”, com participação das entidades parceiras. Como resultado do encontro, foi criado grupo de trabalho para estudar alterações legislativas e aprimoramento dos atuais fluxos de atendimento às vítimas, além de propostas de ampliação da sensibilização dos agentes envolvidos na campanha. Outras causas acolhidas por esta Corte Bandeirante também tem produzido relevantes resultados para a sociedade. É o caso do Programa da Justiça Restaurativa, cuja implementação já rendeu prêmios de expressão nacional, como o “Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos” (PNEDH), em 2009, ou a atuação do GAORP – Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse, criado em 2014. Essas ações estão retratadas nesta edição.

Há ainda muitas outras causas apadrinhadas pela Corte Bandeirante. Sem dúvida alguma, a mais importante, é a causa da Justiça. Esta, certamente, é determinante de todas as outras grandes causas. É o que a torna, verdadeiramente, mais próxima do cidadão.

#somosTJSP

PAULO DIMAS DE BELLIS
MASCARETTI
Presidente do TJSP





“Como vai ser, quando eu fizer 18 anos?”

Texto: *Dicler Antonio*

Fotos: *Ricardo Lou / Antonio Carreta / Acervo CNJ e Internet*

Bruno e Daniel são dois jovens irmãos que residem em um serviço de acolhimento na Capital. Vez por outra, fazem-se a pergunta acima, mas não sabem ao certo qual é a resposta. Assim como eles, milhares de crianças e adolescentes que moram em abrigos no Estado de São Paulo vivem o mesmo dilema, pois formam um grupo de acolhidos que, ou por terem idade fora do perfil ou por possuírem alguma necessidade especial, dificilmente conseguem uma adoção. São jovens que foram retirados de suas famílias por estarem em situação de violência, com seus direitos desatendidos e que, por diversas razões, não retornaram para o convívio dos pais ou familiares. Não são jovens “problemáticos”, não cometeram nenhum crime, são crianças e adolescentes comuns, que estudam e trabalham (alguns), mas que não vivem mais com uma família.

Eles chegam aos abrigos ainda crianças e crescem ali, sem o amparo e referência de pai e mãe. Ali, recebem uma moradia digna, exercem seu direito de ir à escola e recebem atendimento médico e terapêutico. Os funcionários dos abrigos lhes dão atenção, mas o carinho tem que ser dividido entre todas as dezenas de crianças e adolescentes que vivem no local. Atenção individual, tão importante na vida de todos nós, não faz parte do dia a dia desses jovens.

Mas mesmo essa situação não é eterna. Quando completa 18 anos de idade, o rapaz ou a moça tem que se desligar do abrigo. É a lei. Por essa razão, eles são preparados, ainda no acolhimento, para sua autonomia. Se possível, são colocados em cursos técnicos e tenta-se a inserção no mercado de trabalho. Aqueles que têm o perfil podem ser candidatos à República Jovem, um serviço de atendimento para jovens sem família que saem dos abrigos. Para se candidatar, precisam estar empregados e estudando, mas há muito menos vagas que a demanda, além do fato de que muitos acolhidos não conseguem preencher esse perfil. É dramático. E quando não conseguem emprego, como num



momento de crise como o que o país vive? Vão para onde? Morar com quem? Será que estão preparados para enfrentar o mundo sozinhos? Sem apoio, sem referências de vida? Por isso, a pergunta amedronta esses jovens: “Como vai ser quando eu fizer 18 anos?”

Bruno e Daniel estão acolhidos na SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) “Nova Geração”, na zona leste da Capital, desde 2012. Eles têm sonhos. Quando perguntados sobre o que querem ser, respondem na ponta da língua. Bruno quer ser dançarino e Daniel quer ser bombeiro. “Quero salvar a vida das pessoas,” diz. Daniel cursa a 7ª série e Bruno o 1º colegial. Bruno frequentará, em breve, um curso de práticas administrativas, pois tem interesse em participar do programa “Jovem Aprendiz”, do Governo do Estado.

Eles têm mais cinco irmãos. Três foram adotados. Uma irmã está em outro abrigo e o irmão mais velho vive com a mãe. Eles mantêm contato com os irmãos adotados, mas, por morarem no interior de São Paulo, a última vez que estiveram juntos foi no Natal de 2016. “Tenho saudades”, diz Daniel.

Apadrinhamento afetivo, uma linda alternativa

Desde 2014, a Corregedoria Geral da Justiça regulamentou o Apadrinhamento Afetivo no âmbito do Tribunal de Justiça (Provimentos CG nº 36/14 e 40/15). O apadrinhamento possibilita a crianças e adolescentes acolhidos estabelecer laços com pessoas interessadas em ser padrinhos/madrinhas, voluntários que se dispõem a manter contato direto com o “afilhado”, iniciando um relacionamento que possui características distintas de uma adoção.

O programa é direcionado a jovens com remotas possibilidades de adoção ou retorno às famílias. “São casos em que já tentamos a inserção em família substituta e não obtivemos sucesso. Hoje, a maioria das pessoas quer adotar crianças saudáveis, de até três anos e sem irmãos. Já o perfil dos acolhidos é completamente distinto”, afirma o juiz Gabriel Pires de Campos Sormani, assessor da Corregedoria para a área da Infância e Juventude.

Com o apadrinhamento, o afilhado passa a ter uma referência externa e a viver experiências que o ajudam a desenvolver suas potencialidades, tão essenciais para a vida adulta.

“São atividades simples, como uma ida ao cinema, uma festa em família, uma viagem e, principalmente, o convívio com um adulto que será seu amigo, uma referência, alguém para dar conselhos e tirar suas dúvidas”, explica Sormani.

O apadrinhamento também pode ser somente de cunho financeiro. Nesse caso, o padrinho/madrinha não precisa criar vínculos com os jovens, mas se compromete a contribuir economicamente para as necessidades da criança ou do adolescente. Há também a modalidade de Apadrinhamento de Serviços, em que é possível fornecer serviços de saúde, educacionais, culturais etc., dentro ou fora dos abrigos. Já no Apadrinhamento Material, pessoas físicas e/ou jurídicas contribuem com objetos, equipamentos e utensílios, entre outros.

Cada uma das varas da Infância e da Juventude do Estado opta por implantar ou não os programas de apadrinhamento. Também definem as regras para participação, como por exemplo, idade mínima do padrinho/madrinha e do afilhado, se aceitam voluntários residentes em outra comarca e a forma de capacitação dos participantes.

“Na verdade, esse projeto não depende da Corregedoria. O que a CGJ fez foi lançar provimentos exaltando e conclamando os juízes a criarem, em suas comarcas, programas de Apadrinhamento Afetivo, sem definir uma obrigatoriedade. Estabelecemos um regramento mínimo, mas sem estabelecer algo rígido que viesse a atrapalhar programas que já estão em andamento com êxito.”

O juiz lembra que os provimentos foram publicados na gestão do corregedor Hamilton Elliot Akel, com a participação dos juízes assessores Paulo Roberto Fadigas Cesar, Rubens Hideo Arai e ele mesmo. “Ressalto que, desde o início da atual gestão da Corregedoria, o corregedor Manoel de Queiroz Pereira Calças incentiva e se mostra entusiasta do Apadrinhamento Afetivo, dando todo apoio para essa prática,” afirma Sormani.

“Deve-se haver uma boa seleção e preparação dos interessados a apadrinhamento, para evitar que pessoas imbuídas de espírito de caridade, mas sem o discernimento do grau de responsabilidade que o compromisso envolve, apadrinhem crianças e, pouco tempo depois, desistam do programa. As crianças e adolescentes também devem ser preparadas, além de se manter acompanhamento do apadrinhamento para avaliar se o relacionamento padrinho/afilhado está sendo bom,” conclui o juiz.

Transformação

Os juízes e técnicos envolvidos no Apadrinhamento Afetivo são unânimes em uma afirmação: todos os jovens apadrinhados sofrem uma transformação em suas vidas.

Para a juíza Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional do Tatuapé, a autoestima dos afilhados melhora muito. “São jovens que começam a receber, ainda que somente por horas, uma atenção individualizada. O padrinho ou madrinha passa a ser a pessoa com quem eles podem

tratar de assuntos pessoais e tirar dúvidas inerentes à idade que possuem. É um referencial.”

“Eles dão um salto de qualidade nos estudos e no relacionamento interpessoal dentro dos abrigos. A vida deles melhora como um todo,” conta a juíza Maria Sílvia Gomes Serman, da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional de Santo Amaro.

Cristina Ribeiro Leite Balbone Costa, juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude Central, diz que os resultados do Apadrinhamento Afetivo vão muito além do esperado. “Jovens afilhados estão se saindo bem na vida, quando saem dos abrigos. Têm mantido os estudos, ingressam em faculdades, trabalham, batalham na vida como qualquer outro jovem.”

Gilda Diodatti lançou o Projeto “Tatu do Bem”, de Apadrinhamento Afetivo, no ano passado, no Foro Regional do Tatuapé, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Faculdade de Psicologia da Universidade Mackenzie. Desde então, foram realizados eventos, como no período do Natal e da Páscoa, em que candidatos ao apadrinhamento tiveram contato com jovens selecionados para o programa. “Eu acredito muito na importância dos candidatos entrarem em contato com as crianças e adolescentes selecionados,” diz a magistrada.

Ela explica que os candidatos que participam dos encontros já passaram pelo processo de habilitação do programa. “Preparamos também os acolhidos. Conversamos muito com eles para que não tenham a expectativa de uma adoção. O padrinho é um “tio” que vai levar pra passear. Ele não quer adotar. Assim, a relação com o padrinho se desenvolve naturalmente,” ressalta.

Solange de Oliveira Lima Galcino, diretora do SAICA Nosso Lar II, conta que quando o padrinho é habilitado, o abrigo recebe a indicação feita pela Vara da Infância e da Juventude do Tatuapé, acerca do acolhido que será apadrinhado, e a unidade faz a aproximação. Geralmente, o primeiro



Juíza Cristina Costa



Juíza Gilda Diodatti



Juíza Maria Sílvia Serman

Como surgiu o apadrinhamento no Judiciário paulista

Em 2012, a Justiça paulista conquistou os três primeiros lugares no "I Prêmio CNJ Infância e Juventude," iniciativa do Conselho Nacional de Justiça para valorizar e divulgar projetos do Poder Judiciário que contribuem com a proteção, desenvolvimento e formação de crianças e adolescentes. O primeiro lugar foi concedido ao projeto "Família Hospedeira," implantado pelo juiz Alessandro Lima, que à época era titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Pindamonhangaba. Inédito no Brasil, o Família Hospedeira, foi precursor do Apadrinhamento Afetivo no país. Os segundo e terceiro lugares foram concedidos a projetos que utilizam a técnica da Justiça Restaurativa – metodologia aplicada com adolescentes em conflito com a lei.

Alessandro Lima, que hoje é titular da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, conta como foi: "A inspiração para a criação do projeto Família Hospedeira partiu da angústia de me deparar com 43 crianças e adolescentes acolhidas nas entidades da Comarca de Pindamonhangaba, entre os quais 15 sem possibilidade de reintegração familiar ou adoção. Recordo-me que, em uma das visitas que fiz à entidade de acolhimento, uma garotinha veio ao meu encontro e perguntou: "juiz, quando o senhor vai arrumar uma família para mim?" Não soube o que responder.

Precisava buscar uma resposta que a legislação, até então, não possibilitava dar. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) concedia poder ao magistrado para proteger a criança em situação de risco e colocá-la em uma entidade de acolhimento, no intuito de aguardar a reestruturação de sua família e seu retorno ao lar. Quando isso não é possível, a lei

abre a possibilidade da adoção. Entretanto, quando o cadastro de adoção não registra a existência de pretendentes para o perfil daquela criança ou adolescente, a lei não aponta solução.

Para tanto, em março de 2008, foi criado um procedimento, por meio de Portaria da Vara da Infância e Juventude, para gerar aproximação entre as famílias e acolhidos. Tal procedimento consistiu na elaboração de um cadastro de crianças e adolescentes, bem como um cadastro de famílias, previamente avaliadas pela equipe técnica do fórum, com interesse em partilhar com os acolhidos momentos de convivência aos finais de semana e feriados. Tal aproximação se dá pela simpatia recíproca entre a família e a criança ou adolescente, podendo evoluir para o apadrinhamento.

Quatro anos após o lançamento do projeto Família Hospedeira, em março de 2012, o número de crianças e adolescentes acolhidos nas entidades havia se reduzido de 43 para 29, bem como daqueles sem qualquer perspectiva de reintegração familiar ou adoção de 15 para 6, incluindo, no período, a efetivação de 9 casos de adoções tardias. Conclui-se, portanto, que o projeto atingiu seu objetivo, tendo gerado não só apadrinhamento como também guardas e adoções das crianças/adolescentes, promovendo a reinserção social, capacitando-os para o pleno exercício da cidadania.

Atribuo o sucesso ao fato de que sua concepção foi amplamente debatida com o Ministério Público, conselheiros tutelares,

equipe técnica do Juízo e das entidades de acolhimento. Houve um grande engajamento de todos no sentido de buscar uma alternativa para aquelas crianças e adolescentes.

Com a premiação do CNJ, em 2012, o projeto alcançou repercussão nacional. Recebi visitas de equipes técnicas de outras comarcas para conhecer o trabalho, bem como estabeleci contato com diversos juizes da infância de comarcas de São Paulo e de outros Estados.

É preciso nunca se perder de vista que as entidades de acolhimento são instituições de caráter emergencial e transitório. Por melhor que sejam as instalações e por mais vocacionados que sejam os profissionais das entidades, crianças e adolescentes têm direito a serem criados no seio de uma família natural ou substituta, condutoras fundamentais do pleno desenvolvimento psicossocial. Por fim, aos profissionais da infância e juventude, deixo para reflexão a frase de Mahatma Gandhi: "Seja a mudança que você quer ver no mundo". ■

Juiz Alessandro Lima recebe prêmio no CNJ, em 2012



passo é um contato sem a saída do abrigo, pois o acolhido ainda não conhece bem o padrinho e fica com reservas e receios iniciais. Depois, é dada autorização para passeios, com retorno no mesmo dia.

Quando a aproximação dá certo, a criança apresenta ansiedade para rever o padrinho e pergunta quando haverá outras visitas. "O dia que o afilhado vai receber uma visita ou sair para passear com o padrinho é muito feliz para ele. Ele se prepara com muita emoção e expectativas pelo que vai acontecer," diz Solange.

No Projeto "Tatu do Bem" ocorreu a aproximação entre a madrinha Diana e a afilhada Joyce. Diana é solteira, trabalha no Poder Judiciário Federal e foi professora por 15 anos. Ela pretende adotar uma criança e, em uma reunião de seu grupo de adoção, ficou sabendo do Apadrinhamento Afetivo. Candidatou-se para o Apadrinhamento de Serviços e começou a dar aulas de reforço escolar para três moças, em um abrigo. Uma das adolescentes era Joyce.

Diana conta: "Durante as aulas, não conversamos apenas de conteúdos pedagógicos, pois as acolhidas acabam por comentar coisas da vida, das dúvidas de adolescentes e das experiências no abrigo. Joyce

possui uma deficiência intelectual leve. Quando a conheci, a irmã mais nova dela, que tem Síndrome de Down, estava em processo de adoção. Isso a deixou muito triste, pois ela iria se separar da irmã e ficar só. Eu me afeiciei a ela, que é uma moça quieta e tranquila.

Decidi pedir o apadrinhamento dela. Antes de tomar essa decisão, tive dúvidas, pois me afligia a ideia de ter que devolvê-la ao abrigo ao final de cada encontro. Pensei que seria sempre traumático para mim e para ela. E, pelo fato de estar na fila de adoção, também fiquei receosa em não saber como lidar com a situação se a criança que esperava adotar surgisse.

Mas, tomei coragem e solicitei o apadrinhamento. Começamos a sair. Sempre a devolvia ao abrigo no mesmo dia. Passeávamos no Shopping, a levei ao planetário, ao Catavento, cinema, lanchonete, andamos de bicicleta.

As devoluções ao abrigo não foram traumáticas como eu imaginei. A gente sentia a separação, mas ela também gostava do abrigo, afinal, é sua casa e seus amigos estavam lá. Depois, ela começou a frequentar minha casa e, em seguida, começou a passar finais de semana.

Num certo momento pensei: como vou adotar outra criança, se estou tão envolvida com a Joyce? Se eu gosto tanto dela e ela de mim, por que ela não pode ser minha filha adotada? Então, recentemente, pedi a adoção dela e a guarda provisória me foi concedida. Hoje, ela mora comigo.

Desde que a conheci ela mudou. Era muito tímida e retraída, não sorria, vivia com os cabelos presos. Percebo que é uma moça muito mais feliz. Todos que a conhecem dizem que é outra pessoa. Hoje, seus olhos brilham."

Aline é design gráfica e também solteira. Em um dos encontros promovidos pelo Projeto "Tatu do Bem", trabalhou desenhando caricaturas das crianças e adolescentes. Na ocasião, muitos jovens a rodearam e uma delas foi Sandra. Conversaram bastante e a afinidade surgiu. "Quando fui à festa, não tinha intenção de apadrinhar, fui lá somente para trabalhar. Mas, quando as crianças se aproximaram, fui tocada no coração," diz Aline.

Ela se habilitou e apadrinhou Sandra. Aline explica: "A aproximação entre mim e Sandra foi aos poucos. Primeiro, a visitava no abrigo. Depois, saíamos para passear e o processo foi acontecendo.



A Sandra tem uma personalidade forte, é preciso saber lidar com ela. Mas, eu consigo entendê-la. Saio com ela a cada 15 dias. Às vezes, ficamos em casa, outras vezes, vamos ao cinema, parques e já a levei à praia. Tem vezes que ela volta para o abrigo no mesmo dia e tem vezes que ela dorme aqui em casa.

Sandra costuma me pedir conselhos sobre problemas pessoais. Quando chego no abrigo ela abre um sorriso enorme e fica irritada e me dá bronca se me atraso. Ela me disse que não me vê como amiga, mas sim como madrinha. Acho que é o que se aproxima mais com o que sentimos em relação a uma mãe."

Em Santo Amaro, a juíza Maria Silvia Sterman relata que o Apadrinhamento Afetivo deu muito certo. Ali, a Vara da Infância e da Juventude firmou parceria com o Centro Universitário Unifai. Quem tem interesse em ser padrinho ou madrinha se inscreve para um curso, no site da Unifai. Em seguida, os candidatos se cadastram diretamente nos serviços de acolhimento. Lá, eles são entrevistados, avaliados e participam de eventos que promovem a aproximação entre candidatos e acolhidos. Somente quando a aproximação é frutífera, a solicitação é encaminhada ao Juízo que se manifesta para conceder o aval que concretizará o apadrinhamento.

"Uma madrinha que apadrinhou um menino aqui em Santo Amaro me procurou e disse que desejava acolher seu afilhado definitivamente em sua casa, pois ele se tornara uma pessoa importante em sua vida. Fiquei muito contente ao ouvir isso, pois percebi que o projeto, que tinha como objetivo amparar o adolescente enquanto está acolhido, também abria possibilidades para intensificar e prolongar a relação entre padrinhos e afilhados por toda a vida," afirma Maria Silvia Sterman.

A juíza Cristina Costa lembra que, em São Paulo, a Vara da Infância e da Juventude Central foi a primeira a implantar o projeto de Apadrinhamento Afetivo – que já existia em outros Municípios e

Estados – e sua grande idealizadora foi a juíza Dora Aparecida Martins. Quando lançado, em maio de 2015, obteve grande repercussão na mídia.

"Todas as crianças selecionadas para o apadrinhamento, acolhidas nos abrigos da Vara Central, estão apadrinhadas ou em fase de seleção de padrinhos," comemora Cristina Costa, reconhecendo que essa, infelizmente, não é a realidade de outras varas da Capital. Na Vara Central, crianças acima de sete anos podem ser apadrinhadas. O apadrinhamento implantado é somente o afetivo.

No início, foram feitas parcerias com três importantes instituições: o Instituto Sedes Sapientiae, a Universidade Mackenzie e o Instituto Fazendo História. As instituições selecionam, preparam e capacitam padrinhos. Os candidatos podem procurar diretamente estes institutos ou se candidatar pela vara. O processo seletivo dos padrinhos é rigoroso. São feitos encontros quinzenais, em grupo, por um período de dois a três meses.

Cristina Costa enfatiza que todo apadrinhamento é calcado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que se escape da falsa ideia de que a criança acolhida é uma 'coitadinha' e que dar qualquer coisa para ela já está bom. "O padrinho deve entender que o acolhido tem direitos e que é um sujeito igual a ele perante a sociedade. Não é necessário ser abastado, mas sim manter uma relação afetiva forte e duradoura."

Há padrinhos casais – heterossexuais e homoafetivos – e solteiros. São formados grupos de apoio para padrinhos que se encontram regularmente, a fim de trocas de experiências.

"Temos uma acolhida que não tinha nenhuma vaidade, mesmo sendo uma adolescente de dezesseis anos. Ela era tão tímida que se apagava. Então, foi apadrinhada e iniciou um curso no Sebrae. Ao final do curso, foi uma das oradoras na formatura. Nós não a reconhecemos na solenidade. Era uma moça linda, vistosa, que falava muito bem. Com

o apadrinhamento ela começou a se ver de outra forma, se achar bonita e se transformou visualmente, se abriu para o mundo. Tudo começou quando ela recebeu carinho, atenção e valorização por seus dons e habilidades. O diferencial, no apadrinhamento, é o olhar individual que a criança ou adolescente recebem. Isso as transforma," conclui Cristina Costa.

Os dois irmãos, Bruno e Daniel, estão passando por essa transformação. Ambos foram apadrinhados por um casal, há três meses.

"Estávamos esperando que alguém se interessasse por nós faz tempo, até que teve um dia a tia Débora perguntou se a gente queria que ela fosse nossa madrinha. Então, nós fomos numa festinha do "Tatu do Bem" e recebemos a notícia que ela e o tio Marcelo iam ser nossos padrinhos. A gente gostou," diz o tímido Daniel.

"Quando estou com eles, até esqueço o abrigo," confessa Bruno. "Eu percebo que melhorei no jeito com as outras pessoas. Tô conversando um pouquinho mais."

Daniel, que lembra de cor os dias e meses que saiu com os padrinhos, diz que melhorou seu desempenho na escola, depois de uma conversa que teve com a madrinha. "Eu parei de bagunçar na aula."

Paloma Pinho, assistente social do SAICA onde os irmãos estão abrigados, diz que houve um impacto no comportamento deles, após o apadrinhamento. "Viraram exemplo para as outras crianças do abrigo." Bruna Bizolati, psicóloga, diz que é muito importante, para eles, viver a experiência do convívio com um grupo familiar, já que os padrinhos possuem filhos. "Bruno e Daniel sabem que, fora daqui, também tem alguém para ajudar, orientar e dar apoio. Quando falam do padrinho e da madrinha, ficam com um brilho no olhar."

Hoje, Bruno e Daniel têm uma feliz perspectiva de como será o futuro, quando fizerem 18 anos.

(Os nomes dos acolhidos são fictícios, mas as histórias são reais) ■

Lista completa das comarcas e varas que possuem programas de apadrinhamento:

AGUAÍ
Rua Joaquim Paula Cruz, 900 – Jardim Santa Úrsula
Telefone: (19) 3652-5311
aguaui@tjsp.jus.br

AMERICANA
Avenida Brasil Sul, 2669 – Parque Res. Nardini
Telefone: (19) 3406-1684 – ramal 209
americanajuri@tjsp.jus.br

ANDRADINA
Rua Paes Leme, 2052 – Stélla Maris
Telefone: (18) 3722-8200
andradinga3@tjsp.jus.br

ARACATUBA
Praça Doutor Maurício Martins Leite, 60 – Vila São Paulo
Telefone: (18) 3623-5710 – ramal 257
aracatubajuri@tjsp.jus.br
Também cadastra interessados residentes em outras comarcas

ARARAS
Avenida Antônio Prudente, 322 – Jardim Universitário
Telefone: (19) 3544-2463 / 3542-4153
ararascr@tjsp.jus.br

ASSIS
Rua Doutor Lício Brandão de Camargo, 50
– Vila Clementina
Telefone: (18) 3322-6011 – ramal 235
assis3cr@tjsp.jus.br

ATIBAIA
Rua Napoleão Ferro, 315 – Alvinópolis
Telefone: (11) 4412-9688 / 4412-9144
atibaia1cr@tjsp.jus.br

BARRA BONITA
Rua Prudente de Moraes – Praça Emydio Meira, 520 – Jardim Vista Alegre
Telefone: (14) 3641-5453
barra bonita2@tjsp.jus.br

BARRETOS
Avenida Centenário da Abolição, 1500 – América
Telefone: (17) 3322-5700 – ramal 207
barretos2cr@tjsp.jus.br

BERTIÓGA
Avenida Anchieta, 162/192 – Centro
Telefone: (13) 3317-3635 – ramal 213
bertiogaa2@tjsp.jus.br

BOITUVA
Rua Manoel dos Santos Freire, 161 – Centro
Telefone: (15) 3263-2120
boituva2@tjsp.jus.br

Para os programas de Apadrinhamento Financeiro, de Serviços e Materiais aceita interessados de outras comarcas. Já para o programa de Apadrinhamento afetivo recebe apenas pessoas da comarca.

CAÇAPAVA
Rua Marques do Herval, 269 – Centro
Telefone: (12) 3653-2056
cacapava1cr@tjsp.jus.br

CAEIRAS
Rua Doutor Armando Pinto, 360 – Centro
Telefone: (11) 4442-0081
caeirasa@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em comarcas próximas

CAMPINAS
Rua Regente Feijó, s/nº – Centro
Telefone: (19) 3756-3567 / 3756-3569
campinas1inf@tjsp.jus.br

CARAGUATUBA
Praça Doutor José Rebelo da Cunha, 73 – Sumaré
Telefone: (12) 3882-1402 – ramais 1006 / 1007
caragua3cv@tjsp.jus.br

CERQUEIRA CÉSAR
Rua Olímpio Pavan, 355 – Centro
Telefone: (14) 3714-1015
cerquesar2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

EMBU DAS ARTES
Av. Vereador Jorge de Souza, 855 – Tingidor
Telefone: (11) 4241-8845
embu3@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes nas cidades que fazem divisa com a comarca

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
Avenida 9 de Julho, 90 – Centro
Telefone: (19) 3651-7586
pinhal2@tjsp.jus.br

FERNANDÓPOLIS
Avenida Raul Gonçalves Jr., 850 – Jardim Santa Rita
Telefone: (17) 3442-4088
fernand1cr@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes nas comarcas da 18ª Circunscrição Judiciária

GUARULHOS
Rua José Maurício, 103 – Centro
Telefone: (11) 2408-8402
guarulhos2inf@tjsp.jus.br

ILHA SOLTEIRA
Av. Brasil Norte, 1.680 – Centro
Telefone: (18) 3742-4148
ilhasolteira2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

ILHABELA
Rua Benedito dos Anjos Sampaio, nº 29 – Barra Velha
Telefone: (12) 3895-8734
ilhabela@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes na Comarca de São Sebastião

ITAPETININGA
Praça Três Poderes, s/nº – Jd. Marabá
Telefone: (15) 3273-4003 – ramal 233
itapetvec@tjsp.jus.br

ITAPEVI
Rua Vereador Dr. Cid Manoel de Oliveira, 405 – Jd. Santa Rita
Telefone: (11) 4141-4678 / 4773-3625
itapeviinf@tjsp.jus.br

ITU
Rua Luiz Bolognesi, s/nº – Brasil
Telefone: (11) 4022-1101 – ramal 225
ituvec@tjsp.jus.br

ITUPEVA
Avenida Brasil, 554 – Jardim São Vicente
Telefone: (11) 4593-2473
itupeva@tjsp.jus.br

JAGUARIUNA
Rua Santo Antônio de Posse, 259 – Dom Bosco
Telefone: (19) 3837-5667
jaguariuna2@tjsp.jus.br

JALES
Rua Nove, 2.231 – Centro
Telefone: (17) 3632-6777
jales3@tjsp.jus.br

JANDIRA
Avenida Antonio Bardella, 401 – Jardim São Luiz
Telefone: (11) 4789-5133
jandira2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

JARINU
Avenida Dr. Antenor Soares Gandra, 465 – Jardim da Saúde
Telefone: (11) 4016-4438
jarinu@tjsp.jus.br

LINS
Rua Gil Pimentel Moura, 51 – Jardim Americano
Telefone: (14) 3523-1393 / 3522-3977 – ramal 222
lins2cr@tjsp.jus.br

MAIRINQUE
Avenida Doutor Gaspar Ricardo Jr., 185 – Centro
Telefone: (11) 4246-1615
mairinque2@tjsp.jus.br

MARTINÓPOLIS
Rua José Henrique de Mello, 158 – Centro
Telefone: (18) 3275-1444 / 3275-1394
martinopolis2@tjsp.jus.br

MIRANDÓPOLIS
Rua Adelino Minari, 726 – Centro
Telefone: (18) 3701-1122 / 3701-1087
mirandop2@tjsp.jus.br

MOCOCA
Avenida Doutor Gabriel do Ó, 1203 – Cohab I
Telefone: (19) 3656-6728
mococa2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

NOVA GRANADA
Avenida Doutor Hidelberto Albuquerque
Ferreira, 1001 – Centro
Telefone: (17) 3262-1040 / 3262-1612
novagranada@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes nas comarcas vizinhas

NOVA ODESSA
Avenida João Pessoa, 1300 – Bosque dos Cedros
Telefone: (19) 3466-5997
novaodessa2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em cidades contíguas

PARIQUERA-AÇU
Av. Doutor Fernando Costa, 215 – Centro
Telefone: (13) 3856-1853
pariquera@tjsp.jus.br

PILAR DO SUL
Praça Padre Luis Trentini, 330 – Centro
Telefone: (15) 3278-1738
pildosul@tjsp.jus.br

PINDAMONHANGABA
Rua Alcides Ramos Nogueira, 780 – Mombaca
Telefone: (12) 3643-2784 – ramais 2011 / 2012
pindacr@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em cidades vizinhas

PIRACICABA
Rua Bernardino de Campos, 55 – Alemães
Telefone: (19) 3433-4177 – ramal 243 / 3433-3722
piracicabainf@tjsp.jus.br



<http://www.tjsp.jus.br/ApadrinhamentoAfetivo>

PIRASSUNUNGA
Rua José Bonifácio, 70 – Centro
Telefone: (19) 3561-7088
pirassununga3@tjsp.jus.br

PONTAL Rua João dos Reis, 544 – Centro
Telefone: (16) 3953-1131
pontal@tjsp.jus.br

PORTO FERREIRA
Rua Doutor Carlindo Valeriani, 525 – Centro
Telefone: (19) 3581-4094
portoferr2@tjsp.jus.br

PRAIA GRANDE
Avenida Doutor Roberto de Almeida
Vinhos, 9101 – Vila Mirim
Telefone: (13) 3471-1200
praiaagd1cr@tjsp.jus.br

RANCHARIA
Rua Marcílio Dias, 615 – Centro
Telefone: (18) 3265-6841 – ramal 21
rancharia2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

RIBEIRÃO PIRES
Avenida Prefeito Valdirio Prisco, 150 – Centro
Telefone: (11) 4828-1088 – ramal 217
ribpires3@tjsp.jus.br

RIBEIRÃO PRETO
Rua Marcílio Dias, 615 – Centro
Telefone: (16) 3629-0004 – ramais 6050 / 6051
ribpretoinf@tjsp.jus.br

SALESÓPOLIS
Rua Antonio Pereira de Souza, 30 – Centro
Telefone: (11) 4696-1248 / 4696-1166
salesopolis@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em comarcas vizinhas

SANTA BRANCA
Rua Coronel Alfredo de Lima, 90 – Centro
Telefone: (12) 3972-0103
santabranca@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS
Avenida do Café, 665 – Centro
Telefone: (19) 3672-2887
stacruzpalmeiras@tjsp.jus.br

SANTA FÉ DO SUL
Avenida Conselheiro Antonio Prado, 1662 – Centro
Telefone: (17) 3631-3099
santafe2@tjsp.jus.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO
Rua 23 de Maio, 107 – Vila Tereza
Telefone: (11) 4330-1011 – ramal 500
saobernardoinf@tjsp.jus.br

SÃO CAETANO DO SUL
Praça Doutor Joviano Pacheco de Aguirre, s/nº – Jardim São Caetano
Telefone: (11) 4238-8100 – ramal 205
saocaetano1cr@tjsp.jus.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 3036 – Centro
Telefone: (17) 3216-7120
riopretoinf@tjsp.jus.br

SÃO MANUEL
Rua Ettore Targa, s/nº – Centro
Telefone: (14) 3842-1826
saomanuel2@tjsp.jus.br

SÃO PAULO – CENTRAL
Praça João Mendes, s/nº – Centro
Telefone: (11) 2171-7048
spinf@tjsp.jus.br

SÃO PAULO – PENHA DE FRANCA
Rua Doutor João Ribeiro, 433 – Penha de França
Telefone: (11) 2093-6612 – ramal 6027
penhainf@tjsp.jus.br

SÃO PAULO – SANTO AMARO
Avenida Adolfo Pinheiro, 1992 – Santo Amaro
Telefone: (11) 2052-8098 – ramais 223 / 224
stomarioinf@tjsp.jus.br

SÃO PAULO – TATUAPÉ
Rua Santa Maria, 257 – Tatuapé
Telefone: (11) 2293-3642
tatuapeinf@tjsp.jus.br

SÃO ROQUE
Avenida John Fitzgerald Kennedy, 355
Telefone: (11) 4712-2711
saoroquecr@tjsp.jus.br

SÃO SEBASTIÃO
Rua Emídio Orselli, 333 – Varadouro
Telefone: (12) 3892-3111
saosebacr@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

SUZANO
Avenida Paulo Portela, s/nº – Jardim Paulista
Telefone: 4748-1099 – ramal 238
suzano1cr@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em cidades próximas

TIETÊ
Av. XI de Agosto, 130 – Centro
Telefone: (11) 3282-6005
tietee2@tjsp.jus.br

VARGEM GRANDE DO SUL
Avenida Walter Tatoni, 343 – Vila Sant'Ana
Telefone: (19) 3643-3168
vgdosul2@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em outras comarcas

VARGEM GRANDE PAULISTA
Avenida Bela Vista, 123 – Jd. Bela Vista
Telefone: (11) 4158-4272
vgpaulista@tjsp.jus.br
Cadastra interessados residentes em cidades próximas

A arma contra o abuso é a denúncia

Campanha “Juntos Podemos parar o Abuso Sexual nos Transportes”, lançada pelo Tribunal em parceria com 15 instituições públicas e privadas, tem como objetivo incentivar vítimas a denunciarem ocorrências

Texto: Dicler Antonio
Foto: Antonio Carreta

A campanha pretende promover mudança cultural que estimule vítimas de abuso sexual nos transportes e pessoas que presenciam algum incidente a denunciarem os agressores, e consequentemente, inibir futuras iniciativas. Qualquer ato de cunho sexual que não tenha a concordância da outra pessoa é considerado abuso. É um dos crimes mais subnotificados e, de acordo com pesquisas, o transporte público é o principal local de ocorrências dessa natureza.

“Abuso sexual não tem desculpa, tem lei.” “Não existe mão-boba.

12 | Justiça SP

Existe falta de caráter.” “Omissão também é violência;” são algumas das frases que fazem parte das peças publicitárias que, além da veiculação de cartazes, vídeos e postagens

nas redes sociais das instituições participantes da campanha, teve a adesão da empresa adMooH, uma plataforma de anúncios em telas de sinalização digital, que veiculará o

**Não existe mão-boba
Existe falta de caráter**

Rompa o silêncio



**Não deixe o medo
paralisar você**

Rompa o silêncio



**Culpar a vítima
é covardia**

Rompa o silêncio



material em 166 estabelecimentos comerciais. A campanha também incluiu seminários de sensibilização direcionados a mais de mil funcionários das empresas de transporte a fim de prepará-los para o atendimento às vítimas.

Outro aspecto importante são os programas de reeducação direcionados aos abusadores, uma vez que apenas a punição nem sempre é suficiente para uma mudança de conduta. O sociólogo Sérgio Barbosa foi responsável pela concepção do curso reflexivo de 8 horas, que será realizado em duas

edições – nos meses de outubro e novembro –, especialmente direcionado aos casos que acontecem nos transportes. O curso será oferecido como alternativa na transação penal (acordo entre réu e promotoria) àqueles que praticarem crimes de menor potencial ofensivo.

No evento de lançamento, que aconteceu no dia 29 de agosto, no Salão do Júri do Palácio da Justiça, sede do TJSP – e que só se tornou possível graças à adesão do Governo de São Paulo, Prefeitura de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, CPTM, Metrô, EMTU,

SPTrans, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Polícia Militar, Polícia Civil, ViaQuatro, EFCJ (trem), Secretaria de Segurança Pública, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo – representantes de todas as instituições envolvidas assinaram convênio de cooperação para viabilizar a elaboração e divulgação.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas, parabenizou todos os envolvidos no trabalho, especialmente a juíza Tatiane Moreira Lima, da Vara da

Abuso sexual é crime

Polícia Militar
190

Rompa o silêncio



Violência Doméstica e Familiar do Foro Regional do Butantã, e idealizadora da campanha. “É uma magistrada que realiza um bonito trabalho no combate à violência doméstica e, agora, também atuará na proteção das mulheres que sofrem constrangimento nos transportes”, ressaltou.

Paulo Dimas também afirmou que o Poder Judiciário cumpre sua função social ao promover atividades com temas relevantes para a sociedade. “Sabemos que a paz social não se resolve apenas com sentenças. E o TJSP tem realizado campanhas

sobre diversos assuntos, assim como a que lançamos hoje, que tem como objetivo a prevenção, além de incentivar as vítimas a romperem o silêncio. Nós, do Poder Judiciário, e mais 15 instituições queremos dizer às mulheres que elas não estão sozinhas e podem contar conosco.”

O governador Geraldo Alckmin destacou que as empresas envolvidas na campanha transportam diariamente mais de 10 milhões de passageiros. “A mobilidade urbana é um desafio nas grandes cidades e nós já fazíamos campanhas para combater a violência. Agora nos

unimos ao TJSP e a outras instituições porque, trabalhando juntos, vamos avançar ainda mais”, disse.

A secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Eloísa Arruda, que representou a Prefeitura, afirmou que o prefeito pediu para enviar uma mensagem de alegria pela participação do Poder Executivo municipal na campanha. “Estamos unindo forças por uma causa de máxima importância: a dignidade de todas as mulheres.”

Prestigiaram o evento o presidente da Seção de Direito Privado,



Presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas, ao lado do governador Geraldo Alckmin, da juíza Tatiane Lima, da secretária Eloísa Arruda, além de autoridades e representantes das instituições envolvidas

desembargador Luiz Antonio de Godoy; o presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Renato de Salles Abreu Filho; o defensor público-geral, Davi Eduardo Depiné Filho; o secretário Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Márcio Fernando Elias Rosa; o secretário Estadual dos Transportes Metropolitanos, Clodoaldo Pelissioni; o secretário Estadual do Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro; o secretário Estadual da Segurança Pública em exercício, Sérgio Turra Sobrane; a deputada estadual Lecy Brandão; o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Antonio Carlos Villen; a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário, desembargadora Angélica de Maria Mello de

Almeida; o ex-diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha; o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, cel PM Nivaldo César Restivo; o delegado-geral de Polícia de São Paulo, Youssef Abou Chahin; o secretário municipal de Mobilidade e Transporte de São Paulo, Sérgio Henrique Passos Avelleda; o conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, André Almeida Garcia, representando o presidente; o chefe da Assessoria Policial Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, delegado Fabio Augusto Pinto; o diretor-presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Paulo Menezes Figueiredo; o diretor-presidente da ViaQuatro – Concessionária da Linha 4 do

Metrô de São Paulo, Harald Peter Zwetkoff; presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Paulo Magalhães Bento Gonçalves; o diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Joaquim Lopes da Silva Junior; diretor-presidente da São Paulo Transporte (SPTrans), José Carlos Nunes Martinelli; o diretor ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão, Ayrton Camargo e Silva; diretor de Administração e Infraestrutura da SPTrans, Sergio Krichanã Rodrigues; o decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; desembargadores; juízes; integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública; advogados; militares; servidores das instituições envolvidas e jurisdicionados. ■

Justiça Restaurativa: diálogo e reflexão para solução de conflitos



Método restaurativo possibilita a reflexão dos envolvidos e a reparação dos danos sofridos pela vítima

Texto: Valéria Vieira

Foto: Klaus Silva

Jovens infratores, vítimas, familiares e integrantes da sociedade se reúnem para resolver questões conflituosas por meio do diálogo e compreensão mútuos, fora do modelo judicial tradicional. Baseado em uma perspectiva de solução de conflitos que prima pela sensibilidade na escuta dos envolvidos, a Justiça Restaurativa no Judiciário paulista tem produzido conhecimento e colhido ótimos resultados ao longo dos anos.

Um dos pioneiros na implementação da Justiça Restaurativa no Brasil, o Tribunal

de Justiça de São Paulo iniciou suas ações nos anos de 2004/2005 nas comarcas de São Caetano do Sul, Guarulhos e Capital, todas na área da Infância e Juventude. Exitosas, as iniciativas ganharam prêmios de expressão nacional, como “Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)”, em 2009, além de influenciar a implementação da prática em outros Estados.

Segundo o juiz Egberto de Almeida Penido, titular da 1ª Vara Especial da Infância e Juventude, coordenador do Centro de Estudos de Justiça Restaurativa da Escola Paulista da Magistratura (EPM),

orientador e coordenador do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) e integrante do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cientes da necessidade de estabelecer respostas mais efetivas para questões conflituosas, buscou-se uma investigação e estruturação sobre os caminhos oferecidos pela Justiça Restaurativa, já aplicada em outros países desde o final da década de 60. “Implementamos projetos-pilotos no Judiciário paulista em meados de 2004/2005



Juiz Egberto Penido

e tivemos ótimos resultados. Com a experiência positiva, expandimos a prática para outras comarcas”.

A Justiça Restaurativa propõe, por meio de um encontro entre as partes envolvidas no conflito chamado de “círculo restaurativo”, a reparação de danos sofridos pela vítima - seja físico, material ou emocional - e a definição do melhor modo de dar suporte ao ofensor para sua reinserção social. Na ocasião, vítima e infrator estão acompanhados de familiares e pessoas da comunidade. O encontro é acompanhado por um “facilitador restaurativo”, que pode ser um assistente social, psicólogo do TJ ou mesmo uma pessoa da comunidade, devidamente capacitada para a função.

Inicialmente, o método foi criado com o objetivo de solucionar demandas encaminhadas à Justiça, mas passou a envolver ainda a rede estadual de ensino, auxiliando na prevenção de conflitos. Caso o conflito ocorra no âmbito escolar, por

exemplo, ele pode ser resolvido na própria escola, ou no Conselho Tutelar, onde acontecem outros encontros dos círculos restaurativos.

Em termos normativos também houve grande avanço. A Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo criou os provimentos nº 35/14 e nº 29/15, prevendo o fluxo de Justiça Restaurativa na área da Infância e da Juventude. Há também a Resolução do CNJ nº 225/16, que dispõe sobre a política nacional para implantação da prática nos tribunais do Brasil, e o recente Provimento do Conselho Superior

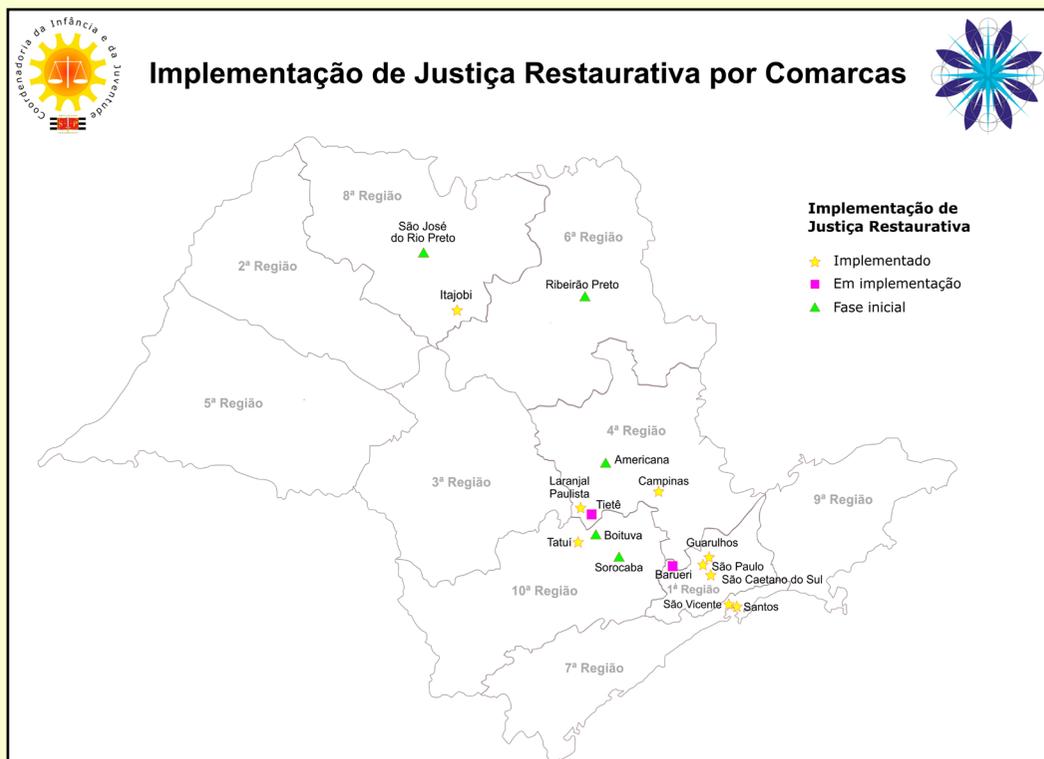
da Magistratura nº 2416/17, que estabelece o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa no âmbito do TJSP. Além disso, na Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo foi criado o Setor de Supervisão de Justiça Restaurativa e, por intermédio da EPM e da Escola

Judicial dos Servidores (EJUS), houve a formação de muitos facilitadores e multiplicadores.

Durante essa trajetória, diversas parcerias interinstitucionais foram realizadas para a construção de uma rede efetiva. Assim, Secretaria da Educação, Ministério Público, Defensoria Pública, Assistência Social, Polícias (Civil e Militar), Guarda Civil Municipal, Conselho Tutelar, entre outros, passaram a integrar a proposta.

“Os resultados são exitosos tanto na diminuição da reincidência como no grau de satisfação dos envolvidos, pois a Justiça Restaurativa se constitui de um conjunto de ações que busca, entre outros, a reflexão da situação, a reparação do dano, a conscientização, a prevenção e a corresponsabilização”, afirma o juiz Egberto Penido.

Atualmente, a Justiça Restaurativa está presente nas comarcas de Campinas, Guarulhos, Itajobi, Laranjal Paulista, São Caetano do Sul, São Paulo, Santos, São Vicente e Tatuí. Outras sete comarcas estão em fase de implementação do projeto: Americana, Barueri, Boituva, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Tietê. ■





Gaorp: *cooperação e humanismo na resolução de litígios*

Texto: *Guilherme Amorim*

Fotos: *Antonio Carreta*

Processos que podem terminar em ordem de reintegração de posse são alguns dos mais delicados que chegam ao Judiciário. Colocam em conflito questões cruciais para a vida dos cidadãos, como moradia e propriedade privada. Em tempos de crise a situação se acentua, com pessoas perdendo seus empregos e lares e proprietários com a necessidade de vender ou exercer alguma atividade econômica nos locais. Nesse contexto, o Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração

de Posse (Gaorp), coordenado pelo juiz Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, assessor da Presidência designado para assuntos de Segurança Pública, presta auxílio vital para alcançar soluções o menos gravosas possíveis aos litígios.

Criado em 2014 para acompanhar casos caracterizados como de alta complexidade, o grupo é formado por representantes do Judiciário e dos governos Federal, Estadual e Municipal, do Ministério Público e da Defensoria Pública para que possam, juntos, ajudar as partes a chegar a

consensos ou a determinações que não violem os direitos humanos das famílias que serão retiradas. "É uma ideia virtuosa que conseguiu reunir em torno de uma causa dezenas de instituições, imbuídas do mesmo objetivo de harmonizar situações tão difíceis e conflituosas", diz o juiz coordenador.

"Humanismo é o componente ideológico que permeia os trabalhos", destaca o magistrado. O Gaorp atua através de reuniões em que os representantes das partes e dos órgãos governamentais



Reunião do Gaorp sobre ocupações na Capital, no Canindé e em Americanópolis

têm a oportunidade de apresentar suas considerações. Em tempo real, se promove a interação entre os organismos ligados à questão. "O grupo alcançou uma coesão a despeito de visões diferentes. "A heterogeneidade permite ir muito além das soluções tradicionais."

Como exemplo, durante a reunião ocorrida no dia 28 de agosto ficou definida a suspensão por 90 dias da ordem de reintegração de uma área de 78 mil m² ocupada por cerca de 100 famílias, no bairro do Tucuruvi, zona norte da Capital.

Após manifestação das partes foi reafirmado o compromisso do proprietário do terreno em prover os meios necessários para a mudança dos ocupantes, além da colocação de placas indicativas da reintegração no local, para se evitar novas invasões. Já a Prefeitura se comprometeu a cadastrar todas as famílias para eventual inclusão em programas habitacionais. Compromissos como esses foram alcançados em diversas situações.

Uma das premissas do Gaorp é que o grupo não atua de ofício. A solicitação é sempre iniciativa do juiz da causa. O pedido passa por uma triagem para que seja avaliado se o caso tem o requisito de ser de alta complexidade, seja em relação ao número de pessoas envolvidas, seja no local ocupado

ou outras circunstâncias a serem ponderadas. As reuniões, sempre que possível, são realizadas com a presença do juiz da causa. Eventuais acordos decorrentes da reunião serão reduzidos a termo e submetidos à apreciação dele.

Para conduzir os trabalhos, o juiz Valdir Marinho utiliza a experiência adquirida ao judicar anos na região Oeste do Estado de São Paulo, inclusive no Pontal do Paranapanema, região emblemática dos conflitos fundiários. "Resolver o processo nem sempre é tão difícil - resolver o problema é", ressalta.

A Secretaria de Planejamento Estratégico (Seplan), fornece o apoio ao Gaorp. O grupo pode ser contatado pelo e-mail crise@tjsp.jus.br ou pelos telefones (11) 3117.2357 e (11) 3117.2200, ramal 2358. ■

Juiz Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho





Homenagem aos 190 anos da “São Francisco”

Em cerimônia realizada no dia 10 de agosto, no Salão do Júri do Palácio da Justiça, ex-alunos celebraram os 190 anos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), ou Faculdade do Largo de São Francisco. Fundada em 11 de agosto de 1827, as Arcadas – como a faculdade é carinhosamente conhecida – formaram uma grande soma de juízes e desembargadores. Magistrados de todo o Estado de São Paulo contribuíram com fotos e depoimentos que foram reunidos em vídeo, de forma a marcar a importância da faculdade para a Justiça bandeirante.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas

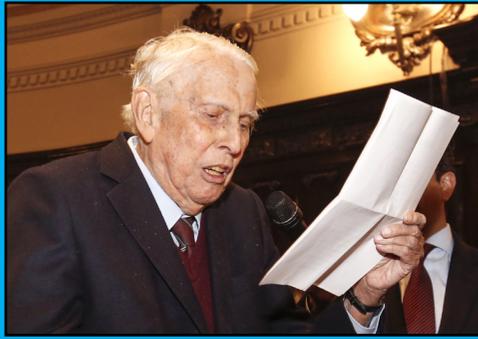
de Bellis Mascaretti, ingressou no Largo de São Francisco em 1973 e, durante o evento, compartilhou com o público lembranças de sua vida estudantil. “Anos incríveis. Na faculdade de Direito e da vida, me forjei como homem e cidadão. Aprendi a importância da boa política como a arte do diálogo pelo bem comum, e o valor da democracia. Lições que levei para toda a vida e que inspiram minha trajetória pessoal e profissional.”

“Confesso que não tinha ideia da grandiosidade do lugar”, afirmou o presidente. “Com o tempo aprendi

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Antonio Carreta e Ricardo Lou

sua história, formada por tantos homens que fizeram a diferença na luta pela liberdade e pela democracia. Que continuemos firmes nos princípios que aprendemos nos bancos acadêmicos,” conclamou.

O professor titular de Processo Civil da instituição e desembargador do TJSP, José Roberto dos Santos Bedaque, homenageou a professora Ada Pellegrini Grinover, falecida em julho último. Jurista e docente de destaque, ela foi a primeira doutora formal da Faculdade de Direito, com a tese “Ação declaratória incidental”, defendida em 15 de maio



**Paulo Bomfim, José Rogério Cruz e Tucci,
José Roberto dos Santos Bedaque e Cauê Macris**



de 1970. “Foi uma das propulsoras na mudança de mentalidade em relação à ciência processual”, afirmou o desembargador.

Em seguida, o poeta Paulo Bomfim, decano da Academia Paulista de Letras e ex-estudante da faculdade, emocionou a todos ao declamar seu poema “Creio em ti ó Faculdade!”, que começa com os seguintes versos:

*“Creio em ti ó Faculdade,
Meu amor de juventude,
Meu sonho de liberdade!
Creio na terra que piso,
Nas auroras deste pátio,
No passado tão presente,
Nas arcadas de triunfo,
Nas paredes que são gritos,
Nos silêncios que são vozes
Dos mortos que não morreram!”*

Depois, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado estadual Cauê Macris, enumerou a sucessão de figuras históricas que saíram das Arcadas para a vida pública. Ele incentivou os alunos a continuarem a tradição: “O Brasil precisa da São Francisco”.

A história da Faculdade de Direito foi o tema da fala do diretor da instituição, professor José Rogério Cruz e Tucci. Fundada em 1827 como “Academia de Direito de São Paulo”, poucos anos após a proclamação da Independência do Brasil, instalou-se no Largo de São Francisco, local onde existia um convento datado do século XVI. De lá saíram nove presidentes da República, governadores, prefeitos e magistrados de destaque. “O certo é que não vivemos apenas de tradições, mas da excelência acadêmica”, afirmou o diretor. A apresentação do Coral XI de Agosto encerrou a cerimônia.

Também prestigiaram a solenidade o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Luiz Antonio de

Gigantes da legalidade



O Palácio da Justiça, sede da Corte paulista, recebeu, na primeira semana de agosto, a exposição “Advocacia – Uma História de Defesa da Cidadania”. Na cerimônia de abertura, no dia 1º, o presidente da OAB SP, Marcos da Costa, afirmou que a mostra era uma homenagem àqueles que ajudaram a construir a história da instituição.

A exposição destaca a trajetória de 26 advogados e advogadas, notáveis por sua atuação nas mais variadas áreas do Direito. São profissionais que trabalharam em prol da classe dos advogados e da sociedade civil, seja na vida política, nas salas de aulas, nos tribunais, nos escritórios e até mesmo em linhas de frente, como combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932. “Grandes homens e mulheres que deram sua contribuição à defesa da cidadania, dos direitos fundamentais e do Estado Democrático”, declarou Marcos da Costa.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, a homenagem foi um “momento de reverenciar tantas pessoas que lutaram e ainda lutam pela democracia e pela independência do Judiciário”. Segundo ele, a exposição frisa a importância do Direito e o legado deixado pelos homenageados. “Temos que ser protagonistas da História e protagonistas do Direito nesse momento tão difícil pelo qual passa o nosso País. Os homens de bem devem estar unidos”, ressaltou o presidente.

Também estiveram presentes o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o presidente TRE-

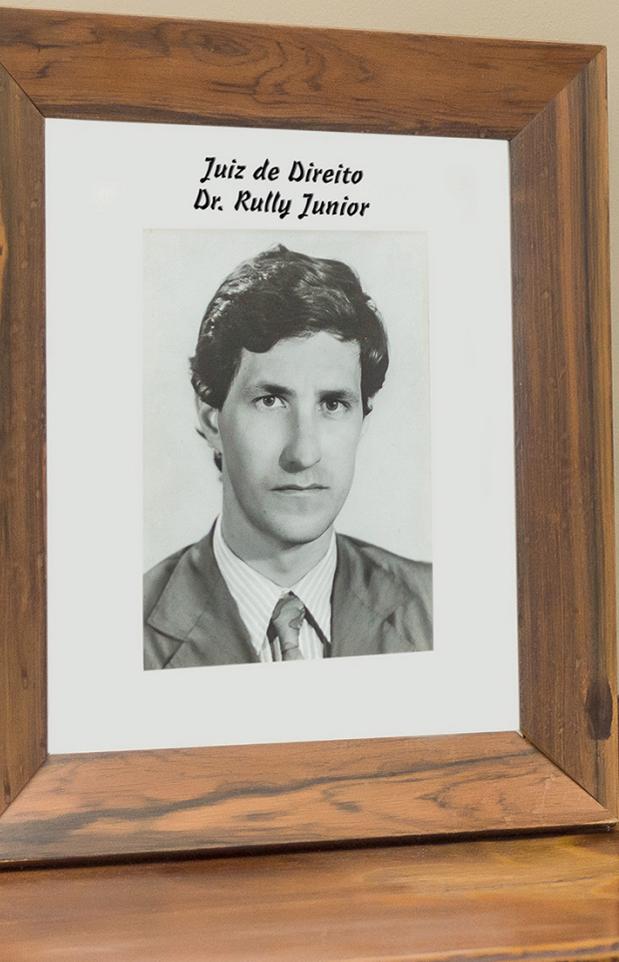
Tribunal recebeu exposição em homenagem aos 85 anos da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP)



SP e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (Coptrel), desembargador Mário Devienne Ferraz; o deputado federal Arnaldo Faria de Sá; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz Silvio Hiroshi Oyama; o defensor público-geral do Estado de São Paulo, Davi Eduardo Depiné Filho; o procurador-geral do Estado de São Paulo em exercício, José Renato Ferreira Pires; o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Oscild de Lima Júnior; o presidente da Magiscred, desembargador Heraldo de Oliveira Silva; o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias da Pontifícia Universidade Católica, desembargador Antonio Carlos Malheiros; o ex-presidente da Seção de Direito Privado do TJSP e ex-diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha; os ministros José Gregori e Miguel Reale Júnior; o vice-presidente da OAB SP, Fábio Romeu Canton Filho; o membro honorário da OAB SP, conselheiro federal da instituição e vice-diretor da Escola Superior da Advocacia, Luiz Flávio Borges D'Urso; o 68º procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, Walter Tebet Filho, representando o presidente da Associação Paulista do Ministério Público; o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; desembargadores, juízes, integrantes do MP e da Defensoria Pública, advogados, servidores da Justiça e familiares dos homenageados.

Godoy; o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), desembargador Antonio Carlos Villen; o procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, representando o governador; o secretário de Justiça do Município de São Paulo, Anderson Pomini, representando o prefeito; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz Silvio Hiroshi Oyama; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), conselheiro Renato Martins Costa; o presidente da Academia Brasileira de Direito Criminal (ABDCrim) e presidente da Cátedra Sergio Vieira de Mello da PUC e ACNUR, desembargador Marco Antonio Marques da Silva; o desembargador do TRT-2 Adalberto Martins, representando o presidente; o desembargador do TRT-15 Gérson Lacerda; o defensor público João Henrique Martini, representando o defensor público-geral; o desembargador do TJSP e integrante do TRE-SP Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, representando o presidente; o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Oscild de Lima Júnior; o ouvidor do TJSP, desembargador Mohamed Amaro; a presidente do Instituto Paulista de Magistrados (IPAM), juíza Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sergio Ricardo Moretti; o divisionário da Delegacia Geral de Polícia do Estado de São Paulo, delegado Jorge Amaro Cury Neto, representando o delegado-geral; o vice-presidente da OAB SP, Fábio Romeu Canton Filho, representando o presidente; o diretor da Associação dos Advogados de São Paulo, Renato José Cury; o presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, José Carlos Madia de Souza; o presidente da Associação Paulista de Imprensa, Sérgio de Azevedo Redó; e demais magistrados, advogados, militares, membros do MP, servidores da Justiça e ex-alunos. ■

Emoção de ser TJSP



De engraxate a administrador do fórum, Valdeci Bordin dedica 40 anos de serviços prestados ao Judiciário, em Estrela d'Oeste

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Acervo de Valdeci

A cidade era Estrela d'Oeste. O dia era sábado. O ano, 1976. Valdeci José Bordin, menino pobre, filho de Victorio e Maria Alves, apanhou sua caixa de engraxate e foi trabalhar. Ao passar defronte ao fórum da cidade, perguntou a um moço alto e magro que ali estava se tinha sapatos para engraxar. O moço disse que sim e lhe trouxe vários sapatos e botas. O menino se alegrou: iria faturar um bom

dinheiro. Quando terminou, disse ao moço o preço da empreitada. Para espanto do menino, recebeu uma nota cujo valor era muito maior que o valor cobrado. "Olha guri, como você fez tudo certo, o troco é seu de presente," disse o rapaz.

Nesse momento, as marmitas do almoço que o moço havia pedido chegaram e ele convidou Valdeci para almoçar. A comida, de qualidade tão boa, ainda permanece na memória olfativa dele até hoje. Valdeci adentrou ao fórum e o moço se apresentou: era o juiz Antônio Rulli Júnior.

Após almoçar com o juiz de Menores da cidade, o menino agradeceu e foi embora. Quando já estava na rua, ouviu um chamado: "Guri, segunda-feira você vem aqui, pois você vai trabalhar comigo." Valdeci transbordou de felicidade. Havia arrumado um emprego, coisa rara na pequena cidade, e ainda por cima, no fórum. "É coisa de Deus," pensou ele.

Ao chegar em casa, falou aos pais que havia engraxado os sapatos, almoçado e recebido uma alta gorjeta do juiz. E que ainda iria trabalhar com ele. Seu Victorio, pai

zeloso, 'pessoa da roça', desconfiou: "Quero falar com esse moço!"

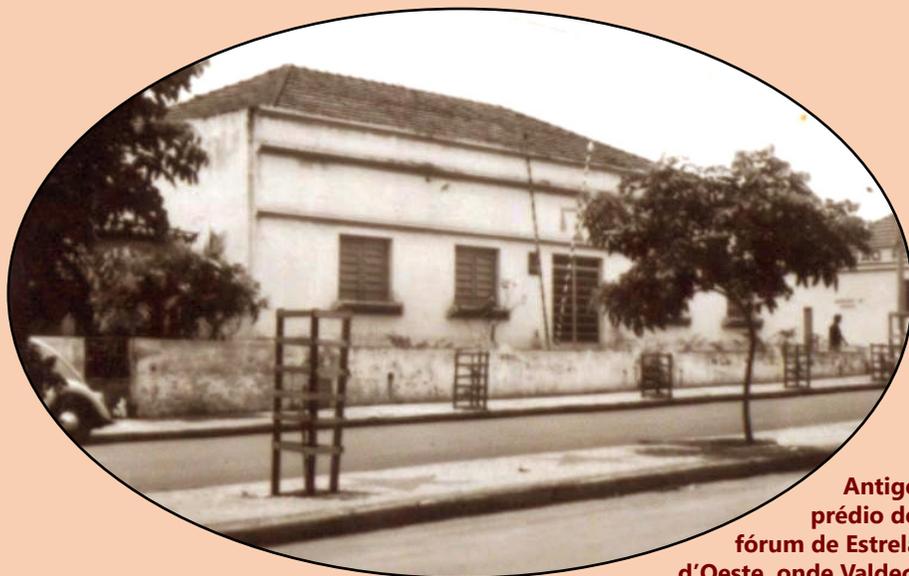
Valdeci não via a hora de chegar segunda-feira. No dia, tudo ficou esclarecido entre o juiz e o pai de Valdeci e ele começou a trabalhar no Fórum de Estrela d'Oeste.

Só havia um problema, ele foi trabalhar de "shorts", pois não tinha calça comprida, e, no fórum, só era permitido trabalhar de calças. O juiz e uma funcionária o levaram até a loja de roupas e lhe compraram calças, camisas, meias, cuecas, sapatos e um 'Kichute'. "Num só dia, passei de menino pobre a menino rico," pensou Valdeci. Até ao dentista, foi.

Após trinta dias, recebeu o primeiro salário, maior que o das irmãs, que já trabalhavam e não ganhavam o valor que ele recebeu.

"Acabou a tristeza. Não vai mais faltar comida em casa. Nunca mais." Toda semana, carne e alimentos eram comprados para o sustento de toda a família. "A participação do doutor Rulli mudou totalmente a minha vida. As dificuldades não existiram mais," lembra Valdeci.

O menino cresceu, estudou, completou o segundo grau, e chegou ao cargo de Administrador



Antigo prédio do fórum de Estrela d'Oeste, onde Valdeci conheceu o juiz Antonio Ruly Junior

Geral do fórum da comarca, que ocupou por dezessete anos.

Quando o juiz Evandro Pelarin assumiu a direção do fórum, chamou Valdeci e pediu que ele preparasse o Salão do Júri, pois viria um desembargador da Capital para proferir uma palestra. Para surpresa de Valdeci, o palestrante era o desembargador Antônio Rulli Júnior. Com muita emoção, Valdeci foi convidado para participar da mesa de honra da solenidade.

"Após 40 anos dedicados ao Judiciário, atuo hoje no Distribuidor Geral. O mais importante são as amizades e o respeito que recebo dos colegas de trabalho e magistrados. Presidente Paulo Dimas, deixo aqui meu eterno agradecimento ao senhor e aos magistrados Antonio Rulli Junior, Carlos José Zulian, Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, Liza Livingston, Maria Paula Branquinho Pini, Luiz Fernando Silva Oliveira e Evandro Pelarin." ■

Valdeci ao lado de sua esposa, Renata; da filha Bruna e do genro Rodrigo; e dos netos Theodora e Thomaz



SAS em ação

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social.

Confira a programação para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2017:

Outubro

Outubro Rosa (parceria com a Comesp

e EJUS): dia 6, na Sala do Servidor do Fórum João Mendes Júnior;

Corte Solidário (parceria com o Soho Hair e Rapunzel

Solidária): no Palácio da Justiça, em data a definir;

Programa Saúde em Ação

dias 18 a 20, no

Fórum Regional da Penha.

Novembro

Cuidados com o Verão:

distribuição de material sobre insolação, desidratação etc;

Novembro Azul (parceria com a EJUS): local e data a definir;

Programa Prevenir

Odontológico II: local e data a definir;

Programa Saúde Itinerante:

na Comarca de Santos, em data a definir;

Palestra Saúde e Bem Estar:

local e data a definir;

Vamos Caminhar pela Saúde

– Núcleo Caminhos do Mar: dia 12, na Estrada Velha de Santos.

Dezembro

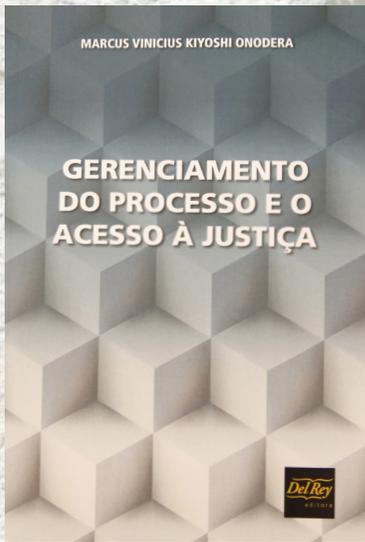
Distribuição de material sobre a “dengue”: em todos os prédios do TJSP;

Bike Tour: roteiro e data a definir;

Evento alusivo ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS:

local a definir.

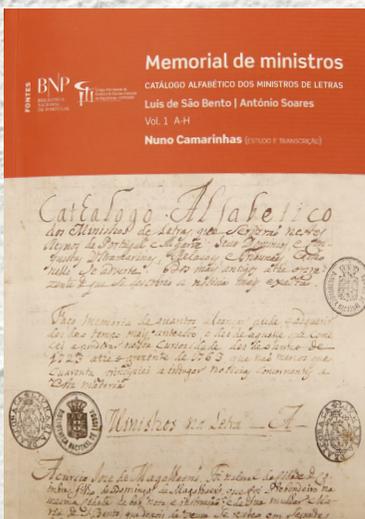
Fique atento à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet / internet / correio eletrônico



Gerenciamento do Processo e o Acesso à Justiça (Editora Del Rey)

Segundo Kazuo Watanabe, que prefaciou a obra, o autor ressalta um importante aspecto do case management: “O gerenciamento do processo está aparentemente ligado à mudança radical do paradigma.” À indagação quanto à possibilidade de adoção do gerenciamento do processo (case management) no processo civil brasileiro, o autor responde afirmativamente, anotando que a possibilidade de sua adoção “tem fundamento claro na redação do art. 357, CPC/2015”, interpretado harmonicamente com o art. 3º, I, e em conjunto como art. 5º, XXXV, ambos da Constituição Federal.” Trata-se de instituto que, embora admitida sua adoção pelo nosso sistema processual desde antes da recente reforma, uma vez que um dos princípios informadores do nosso ordenamento processual tem sido o do impulso oficial do processo, certamente ele trará uma ‘mudança radical de paradigma’, tornando o juiz brasileiro mais ativo na condução do processo. Conclui sua tese com a precisa observação de que “o gerenciamento do processo – entenda-se caso – depende, em boa parte, da adequada postura do juiz no caso concreto”. Vale dizer, de sua mentalidade.

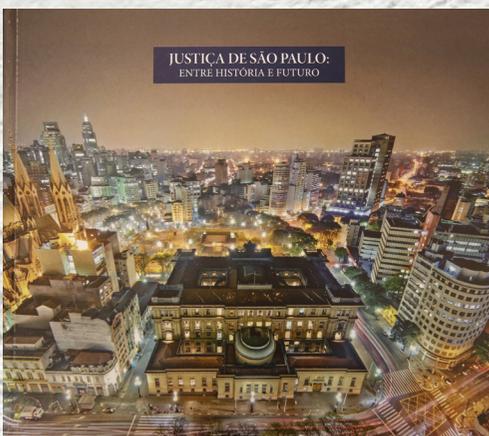
Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera (juiz da 1ª Vara da Família e das Sucessões de Mauá, convocado como assessor da Presidência da Seção de Direito Privado)



Memorial de Ministros: Catálogo alfabético dos Ministros de Letras – Volumes I e II (Fontes Biblioteca Nacional de Portugal / Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura)

A obra rara e de cunho histórico e educacional foi prefaciada por António Manuel Hespanha, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e teve a apresentação feita pelo desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Antonio Rulli Junior. No conjunto da obra temos três tipos de textos: uma compilação de informações, muitas delas na forma de cartas enviadas aos autores do memorial, ou de folhetos impressos; duas versões de um mapa genérico, isto é uma enciclopédia das terras onde existiram jurisdições letradas, ordenadas por província e, dentro de cada província, uma comarca ou ouvidoria; e um dicionário biográfico dos juizes ordenado alfabeticamente pelo nome próprio. Ao todo, cobrem três quartos de século de trabalho, iniciado em 1723, quando frei Luís de São Bento, nas suas palavras, começou a “ponderar nesta curiosidade” e terminado nos primeiros anos do século XIX, de quando datam as informações mais recentes registradas.

Luís de São Bento e António Soares – Nuno Camarinhas (Estudos e Transcrição)



JUSTIÇA DE SÃO PAULO: entre história e futuro (Imprensa Oficial)

Segundo diversos estudiosos, a memória fruto das experiências da vida, é o alicerce do conhecimento humano. Por meio dela damos significado ao cotidiano e nos tornamos capazes de criar novas ideias que auxiliem na tomada de decisões diárias. Penando nisso o TJSP, uma vez, mais, engajou-se na intrincada empreitada de coletar os pedaços das narrativas individuais e coletivas que compõem a sua história, desde o período anterior à instalação da Relação da Província de São Paulo e Paraná, em 1874, até os dias de hoje, com o reconhecimento dos desafios da gestão inerentes a instituição jurídica que se insere dentre as maiores Cortes em atividade no planeta. Esta edição tem como propósito aprimorar os registros anteriores, apresentando a participação da Corte Bandeirante não apenas na formação da cultura jurídica, mas também na vida política, econômica, social e cultural do Estado de São Paulo.

Tribunal de Justiça de São Paulo



A Corte como palco de batalha da guerra dos sexos, na melhor comédia da dupla Tracy & Hepburn

Texto: Dicler Antonio

A clássica batalha entre homens e mulheres, tantas vezes abordada em comédias cinematográficas, atinge um de seus pontos altos em "A Costela de Adão (Adam's Rib)", de 1949, dirigida

por George Cukor e protagonizada pela dupla Spencer Tracy e Katharine Hepburn. Dessa vez, o casal, que protagoniza outros oito filmes, interpreta um promotor público de Nova York e uma advogada, casados e apaixonados que, ao ficarem em lados opostos no caso de

uma mulher traída que tenta assassinar o marido, expõe suas posições para além do tribunal, gerando confusões na Corte e na vida do casal.

Numa manhã, o promotor Adam Bonner é acordado por sua esposa, Amanda, como sempre, quando tomam o café na cama



A combativa costela do Adão

e dividem o jornal. Uma notícia chama a atenção da advogada: uma mulher, Doris Attinger (Judy Holliday), surpreendeu seu marido, Warren Attinger (Tom Ewell), nos braços da amante, Beryl (Jean Hagen) e disparou vários tiros contra ele, não o matando devido ao nervosismo e a péssima pontaria. Adam, com sua visão de promotor, defende a punição à mulher por tentativa de homicídio, mas

Amanda, feminista, defende que ela receba a mesma condescendência que a sociedade dá a homens traídos. O debate se inicia no café e perdura até quando Amanda deixa Adam em seu trabalho.

Ao entrar em seu gabinete, Adam fica sabendo que foi designado para o caso. Sem saber que o marido será o promotor, Amanda procura Doris e se encarrega de sua defesa. A relação

conjugual entre o casal se deteriora à medida que as audiências vão decorrendo sob o signo de uma cruzada em nome dos direitos das mulheres contra a aplicação implacável da lei. Trabalhando em lados opostos, o casal não se afasta de suas convicções e cada um faz de tudo para ganhar o caso, pois nenhum dos cônjuges está disposto a ceder. Como resultado, o que parecia ser um casamento perfeito se torna um inferno.



Devido à cobertura da imprensa, o debate jurídico extrapola o tribunal e a disputa do casal transborda para sua vida social, gerando algumas confusões, sobretudo quando um vizinho atrevido e sedutor decide dar em cima de Amanda.

A Costela de Adão é uma comédia que reúne o estilo elegante dos protagonistas, com sátira social e ótimas interpretações de todos os atores. Por isso, é considerada a melhor comédia da dupla Tracy e Hepburn e um dos melhores filmes de Cukor.

Alguns jornalistas afirmam que o filme foi inspirado na história real do casal de advogados William Dwight Whitney e Dorothy Whitney, que representaram o ator Raymond Massey e sua esposa Adrienne Allen em seu divórcio. Ao final do divórcio do casal Massey, os Whitneys se divorciaram e casaram ela com Raymond Massey e ele com a ex-esposa do ator. Mas a versão oficial é que a roteirista Ruth Gordon escreveu o roteiro

especialmente para a dupla Tracy e Hepburn baseando-se na química que dividiam em seus filmes.

A união nas telas do casal de atores é considerada uma das melhores, pois se baseava na elegância e temperamento forte de Hepburn aliada à calma e desalinho de Tracy. Os dois participaram do filme "A Primeira Dama", em 1941 e, durante as filmagens, iniciaram um relacionamento amoroso que só acabou com a morte de Tracy, em 1967. Nunca se casaram, pois Tracy já era casado e, por ser católico, não se divorciou da mulher. A dupla esteve junta em A Mulher do Dia (Woman of the Year, 1942), Fogo Sagrado (Keeper of the Flame, 1943), Sem Amor (Without Love, 1945), Mar Verde (The Sea of Grass, 1947), Sua esposa e o mundo (State of the Union, 1948), A Mulher Absoluta (Pat and Mike, 1952), Amor Eletrônico (Desk Set, 1957), e Adivinhe Quem Vem Para Jantar (Guess Who's Coming to Dinner, 1967).

Spencer Tracy foi o primeiro ator a ganhar o Oscar por dois anos consecutivos. Faleceu logo após terminar as filmagens de "Adivinhe Quem Vem Para Jantar". Katharine Hepburn é a recordista em números de Oscars e é considerada por muitos a melhor atriz do século XX. Ela disse que nunca assistiu a "Adivinhe Quem Vem Para Jantar", pois este foi o último filme em que esteve com Tracy.

George Cukor nasceu em 1899 e faleceu com 83 anos. Estreou no cinema como assistente técnico, em 1918. Mas foi em 1926, ao levar para o teatro o romance "O Grande Gatsby", de Scott Fitzgerald, que conheceu o sucesso. Da Broadway, migrou para Hollywood, em 1929. Conhecido pela sensibilidade com que tratava temas relacionados com o universo feminino, é considerado um gigante da



Amanda (Hepburn) surpresa com a notícia do crime (foto na página ao lado) e defendendo Doris (Holliday) ao lado do promotor e seu marido, Adam (Tracy). Na foto abaixo, a atriz sendo dirigida por George Cukor

comédia e concorreu a vários Oscars de melhor diretor, que levou em 1964 pela comédia musical *My Fair Lady*. Dirigiu clássicos como *O Mágico de Oz*, *A Dama das Camélias*, *Nasce uma Estrela*, *Adorável Pecadora*, *A Mulher Absoluta*, *À Meia Luz*, *Núpcias de Escândalo* e *Sede de Viver*. ■

Ficha Técnica:

Elenco: Spencer Tracy, Katharine Hepburn, Judy Holliday, Tom Ewell, David Wayne, Jean Hagen

Diretor: George Cukor

Roteiro: Ruth Gordon

Trilha Sonora: Miklós Rózsa

Canção: "Farewel, Amanda", composta por Cole Porter e interpretada por Frank Sinatra

Duração: 101 min.

Estúdio: Metro Goldwyn Mayer



DO PAPEL
À ERA DIGITAL



A memória institucional
do Tribunal de Justiça
contada por seus
documentos históricos



PROB. 10/20/2000
J-100 10/20/2000

I-VW/17/17

01
PROB. 10/20/2000

3
9

0
3

3335

[Handwritten signature]



Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Dicler Rodrigues Antonio
Guilherme Fujimoto Amorim
Valéria Vieira da Silva
Rosangela Sanches

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Klaus Silva Pinto
Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio
Mario Cesar Silva

Revisão

Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Capa, matérias “Como vai ser quando fizer 18 anos?”, “Justiça Restaurativa” e “SAS em ação” (Domínio público da Internet); Sessão Justiça de Cinema (www.theredlist.com, www.moviedavid.blogspot.com.br, www.pgl.gal.com.br e www.tjgreatkh.blogspot.com.br); Seção Imagens (Klaus Silva e Ricardo Lou)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 – imprensatj@tjsp.jus.br

